

NEOLIBERALISMO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ORIGEM E HISTÓRIA DE UM PENSAMENTO ÚNICO

VERA Spínola¹

Resumo

O corrente estudo mostra os caminhos seguidos pelo neoliberalismo na sua trajetória para se tornar um pensamento único, um paradigma mundial, sobretudo nas duas últimas décadas do século XX. Descreve sua origem a partir de 1944 com os seguidores de Friedrich Hayek; suas semelhanças e diferenças em relação ao liberalismo clássico, em oposição aos princípios do Estado do Bem Estar; sua ascensão como alternativa à crise do capitalismo dos anos 1970. Discutem-se os fundamentos ideológicos e econômicos do pensamento de Milton Friedman, bem como o papel do Estado na abordagem deste autor. A implementação do neoliberalismo nos Estados Unidos é configurada na política econômica de Ronald Reagan. Reflete-se sobre as contradições contidas no próprio modelo neoliberal e no Consenso de Washington, que se transformou no paradigma liberal seguido pelos países da América Latina para sua inserção na economia mundial e combate ao crônico problema de inflação.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Monetarismo; Milton Friedman; Consenso de Washington; *Reaganomics*.

Abstract

The current paper shows the path followed by the neoliberal doctrine to become the sole thought, an uni-

versal paradigm, especially over the last two decades of the twentieth century. It describes its origin since 1944, with the followers of Friedrich Hayek, its differences and similarities with the classic liberalism, in opposition with the principle of the Welfare State; its rise as an alternative to the capitalism crisis of the 1970's. The ideological and economic fundamentals of Milton Friedman's thought are discussed, as well as the role of the State under this author's approach. The implementation of the neoliberalism in the United States is marked by Ronald Reagan's economic policy, also called Reaganomics. The current study deals with the contradictions of the neoliberal model itself and of the Washington Consensus that has become the liberal paradigm followed by the Latin American countries towards their embedment in the world economy and to fight their chronic inflation problem.

Key words: Neoliberalism; Monetarism; Milton Friedman; Washington consensus; *Reaganomics*.

Introdução

O presente trabalho se propõe a discutir as motivações que levaram o neoliberalismo a se tornar a ideo-

logia hegemônica nas duas últimas décadas do século XX, conquistando uma estrondosa vitória teórica e ideológica e transformando-se num senso comum. Uma das razões se deve à resistência de uma rede quase maçônica de intelectuais com idéias opostas às políticas keynesianas que dominaram o mundo ocidental nos vinte anos pós-guerra, caracterizados pelo prolongado crescimento econômico dos países industrializados. Os seguidores da corrente neoliberal organizam-se a partir de 1947, sob a liderança do economista Friedrich Hayek, reunindo-se pelo menos duas vezes ao ano por quase três décadas, sem nunca abrir mão de suas convicções teóricas e práticas. Sua trajetória pode ser marcada por três etapas, a primeira, de acordo com o historiador inglês Perry Anderson, a da clandestinidade, tem início nos anos 40; a segunda, a partir dos anos 60, é quando suas idéias começam a ganhar espaço acadêmico, sobretudo nas universidades norte-americanas, com destaque para o trabalho do economista Milton Friedman e de muitos outros; a terceira, caracterizada pela passagem do campo teórico para a política quase em efeito dominó, foi inaugurada pela vitória eleitoral de Margaret Thatcher em 1979 na Inglaterra, seguida de Ronald Reagan em

¹ Mestre em Economia pela UFBA; professora de Economia Internacional da UNIFACS; técnica da Desenhahia. E-mail: vspinola@uol.com.br; vspinola@desenhahia.ba.gov.br.

1980 nos Estados Unidos, e, em alguns aspectos, pela vitória de Helmut Kohl na Alemanha em 1982.

Além desta introdução, o presente estudo está estruturado em seis itens. O segundo item trata da origem do neoliberalismo com a formação do grupo de *Mont Pèlerin*; o terceiro discute as diferenças e similaridades entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo, em oposição à política keynesiana. O quarto tópico, o mais extenso, discorre sobre o papel do Estado na visão de Milton Friedman e está dividido em cinco subitens: os deveres do Estado; a (im)possibilidade do Estado em corrigir as falhas de mercado; a (im)possibilidade do Estado em intervir no nível de emprego; as políticas sociais e o papel do Estado na Educação; e, finalmente, os fundamentos do monetarismo. O quinto item, *O Neoliberalismo na Prática*, trata da sua implantação nos Estados Unidos com a política econômica de Ronald Reagan, também conhecida como *reaganomics*. Além disso, discute-se a influência do neoliberalismo no “Consenso de Washington” e no seu receituário. Levantam-se algumas questões sobre sua adaptação às economias da América Latina, porém este tema requereria um estudo mais longo e aprofundado que foge do escopo do presente trabalho. Por fim, tecem-se as considerações finais apontando alguns paradoxos do neoliberalismo, na nossa percepção. Uma das características do grupo de *Mont Pèlerin* foi a disciplina, a organização, e até a paciência em saber esperar o momento certo para colocar suas idéias em prática.

Origem

O neoliberalismo tem origem depois da II Guerra Mundial como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista de Bem-Estar. A obra do austríaco naturalizado inglês, Friedrich Hayek (1899-1992), *O Caminho da Servidão* (Hayek,

1994), escrita em 1944 é considerada seu ponto de partida. Nela o autor faz uma acirrada crítica ao pensamento hegemônico de que o planejamento econômico pelo Estado é o caminho para combater as crises do capitalismo e inclusive salvá-lo dos regimes autoritários extremos, como o nazismo, à direita, e o socialismo, à esquerda. Hayek via os seguidores dessa corrente, configurada no Estado do Bem-Estar, a “caminho da servidão”. Para esse autor, a real transformação social não deveria ser intencional ou planejada. Qualquer limitação aos mecanismos de mercado por parte do Estado representava uma ameaça letal à liberdade econômica e política.

O alvo imediato de Hayek, àquela época, era o Partido Trabalhista inglês, provável vencedor nas eleições gerais de 1945 na Inglaterra, como realmente ocorreu. Afirmava, com veemência, que apesar das boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduziria ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna (Anderson, 1995). Enquanto construíam-se as bases do Estado do Bem-Estar europeu no período pós-guerra, Hayek convocou aqueles que compartilhavam de suas idéias para uma reunião na estação de *Mont Pèlerin* nos Alpes suíços, em 1947. Dentre seus seguidores encontravam-se os adversários do Estado de Bem-Estar europeu e da política de recuperação norte-americana à crise 29 configurada no *New Deal* (Anderson, 1995). Foi assim fundada a Sociedade de *Mont Pèlerin*, constituída pelos notórios participantes do evento. Dentre os mais destacados estavam Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eucken, Walter Lipman e Michael Polanyi. Tornou-se um grupo dedicado e organizado, voltado a combater o keynesianismo e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro.

Eles continuavam condenando as políticas que, segundo Hobs-

bawm (1995), fizeram os “anos dourados”, serem dourados, ao referir-se aos vinte anos de prosperidade por que passou o capitalismo no período pós-guerra. De acordo com esse autor, ninguém os ouviu na era do ciclo virtuoso de crescimento prolongado entre os anos 1940 e 1970.

A chegada da crise é percebida com maior clareza em 1973, com o aumento dos preços do petróleo. É também no início dos anos 1970 que ocorre o rompimento do acordo de *Bretton Woods*, quando o presidente Nixon declara que o dólar não é mais conversível em ouro. Esse acordo, firmado em 1944 entre 44 países não socialistas, teve como objetivo estabelecer o equilíbrio econômico internacional através um sistema monetário baseado num regime de taxas de câmbio fixas em relação ao dólar, que por sua vez seria conversível em ouro - padrão-ouro-dólar. O Fundo Monetário Internacional – FMI, instituição criada no âmbito de *Bretton Woods*, com cotas dos diferentes países, coordenaria o regime de câmbio fixo e financiaria países com problemas de balanço de pagamentos, que seriam monitorados por políticas de ajustes. O Banco Mundial promoveria a reconstrução dos países afetados pela guerra.

Gastos com a guerra do Vietnam e com o programa espacial dos Estados Unidos, além do aumento da liquidez mundial com a expansão do mercado de eurodólares, levaram à inflação dos anos 70. A partir de 1973, o modelo keynesiano de crescimento econômico do período pós-guerra começa a dar sinais de esgotamento. O mundo capitalista avançado entra num processo de estagflação, ou seja, numa longa e profunda recessão combinada, pela primeira vez, com altas taxas de inflação. Segundo Hobsbawm (1995) a maioria dos governos considerava a crise passageira. Não haveria porque mudar políticas que haviam funcionado tão bem por toda uma geração. No fundo, essas concepções se baseavam na crença do poder ilimita-

do de expansão da produção, na possibilidade de um crescimento permanente e linear da acumulação de capital.

De acordo com Hobsbawn (1995), a única alternativa que se vislumbra era oferecida pelo grupo minoritário dos seguidores de Hayek. Sua ideologia agora era reforçada pela aparente impotência e fracasso das políticas econômicas convencionais. Assim, Friedrich von Hayek ganha o prêmio Nobel de economia em 1974, e, dois anos depois, em 1976, o ganhador é Milton Friedman.

Liberalismo Clássico e Neoliberalismo X Keynes

Em geral, autores consideram o neoliberalismo como um movimento político econômico heterogêneo com uma proposta econômica de retorno aos princípios ortodoxos do liberalismo, ou seja, às propostas da economia clássica como única alternativa de superação da crise pela qual passam as sociedades.

Segundo Fiori (1997) a utopia do liberalismo de Adam Smith, de 1776, é a mesma do neoliberalismo “menos de Estado e de política possível”. Busca-se a despolitização total dos mercados e a liberdade absoluta de circulação dos indivíduos e dos capitais privados. Defende-se o individualismo. A igualdade social aparece como igualdade de oportunidades ou mesmas condições iniciais para todos, apesar dos indivíduos pertencerem a grupos sociais com diferenças econômicas, sociais, étnicas, etc., que tornam as condições de partida desiguais. Com base nas diferenças e competências de cada um, seriam gerados resultados distintos e até necessários para a própria dinâmica da sociedade capitalista. O liberalismo, do século XVIII ou do final do século XX, se coloca contra a busca da igualdade entre os indivíduos ou grupos sociais pela via da intervenção do Estado. Tanto no liberalismo quanto no neoliberalismo, as causas das desigualdades são

atribuídas à sorte e não às condições estruturais da sociedade que surgem do modo de produção capitalista (BIANCHETTI, 2001)

A teoria clássica supunha um estado de equilíbrio econômico permanente, resultante de uma situação na qual o bem estar coletivo é maximizado quando cada indivíduo age em seu próprio interesse econômico. O próprio Keynes (1983), começa seu livro, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*, lançado em 1936, com um questionamento ao suposto equilíbrio clássico:

“Argumentarei que os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio...” (KEYNES, 1983)

O conceito de equilíbrio econômico pode ser entendido pela “Lei de Say”, segundo a qual não poderia ocorrer escassez de poder de compra no sistema econômico. Primeiramente porque o processo de produção capitalista é também o de geração de renda (salário, lucros, aluguéis etc.) e, portanto, de criação de fonte de financiamento da demanda; e segundo, porque dada a existência dos mecanismos automáticos dos mercados livres, os movimentos de ajuste espontâneos de salários, preços e juros garantiriam que os níveis de demanda não ficassem permanentemente aquém dos níveis de produção e de pleno emprego (MOURA DA SILVA, 1983). Em outras palavras a oferta seria sempre igual à demanda.

Na visão de Keynes o equilíbrio seria uma exceção e não regra, só possível de ocorrer em uma economia fechada do tipo Robinson Crusóe, sem moeda, em que o valor de troca é exatamente igual ao custo de produção. Na concepção clássica se houvesse um aumento do desemprego, ou elevada variação de preços, o próprio mercado se auto-regularia e a crise seria superada. Para os clás-

sicos, não havia desemprego involuntário, pois só ficariam fora do mercado de trabalho aqueles que não aceitassem trabalhar no nível de salário oferecido.

A título de ilustração, vale lembrar o efeito *Pigou*, ou efeito riqueza, como mecanismo de superação da crise defendida pelos clássicos liberais. O economista inglês Arthur Cecil Pigou, contemporâneo de Keynes, explicava que à medida que a economia entrava em recessão os salários e preços caíam e, à proporção que isso acontecia, o valor ou poder aquisitivo de uma determinada quantia de dinheiro aumentava. As pessoas que haviam retido dinheiro verificariam que poderiam comprar mais do que podiam antes, e, desta forma passariam a consumir mais e, conseqüentemente, a economia se reativaria. Em outras palavras, não haveria necessidade de criar mecanismos de reaquecimento da demanda, como também diriam os neoliberais no final do século XX.

Na visão de Fiori (1997), entretanto existem diferenças fundamentais que singularizam o liberalismo do final de século XX: a) do ponto de vista metodológico, com os avanços da Econometria, o individualismo é configurado em sofisticados modelos matemáticos e teorias, com base no utilitarismo, a exemplo da “teoria dos jogos”, em Nash, das “expectativas racionais”, em Lucas; b) a ideologia liberal se combinou de forma virtuosa com a revolução da informação concorrendo para a desregulamentação dos mercados e para a chamada globalização financeira; c) a derrota comunista contribuiu para consolidar a hegemonia do liberalismo; d) o novo liberalismo aparece como uma vitória ideológica.

Este último item, segundo Fiori, legitima uma espécie de vingança selvagem do capital contra a política e contra os trabalhadores justamente logo após uma época em que as políticas públicas e a luta dos trabalhadores haviam conseguido construir o *welfare state*.

“... muito do crescimento artificialmente induzido nos anos dourados representou um desperdício de recursos. ”

Segundo Hayek, as raízes da crise dos anos 1970 estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esse processo reduziria o lucro das empresas e desencadearia processos inflacionários.

Esta questão constitui-se numa grande contradição do sistema capitalista. Para não haver estagnação, o processo de acumulação de capital deve ser contínuo, ou seja, é preciso que haja reinvestimento constante do excedente econômico para manter a geração de lucro. Para que isso ocorra, as empresas tendem a reduzir a proporção dos gastos com salários em relação aos custos com capital fixo. Acontece que os salários vão perdendo poder de compra no sistema como um todo, o que se reverte em contração da demanda e queda na taxa de lucro das empresas. Este tema foi amplamente estudado por Marx. Os mecanismos keynesianos visavam manter o emprego elevado e a demanda efetiva através de políticas fiscais e monetárias, com expansão dos gastos do governo enquanto houvesse capacidade ociosa. Provavelmente a intenção de Keynes era salvar o capitalismo, ameaçado pelo avanço socialista. Keynes reconhece, contudo, que expansão monetária ou fiscal, em uma economia com pouca capacida-

de ociosa, poderá gerar surtos inflacionários (KEYNES, 1983).

Em contrapartida, a receita de Hayek era manter um Estado suficientemente forte para romper o poder dos sindicatos e controlar o dinheiro, através da contração monetária e redução dos gastos sociais. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. As intervenções anticíclicas, baseadas nos princípios keynesianos de demanda efetiva, haviam desviado o curso normal da acumulação e do livre mercado.

Os adeptos da Sociedade de *Mont Pèlerin* constatavam que muito do crescimento artificialmente induzido nos anos dourados representou um desperdício de recursos. Para eles, a dura verdade é que o mundo ocidental estava levando a vida além de suas posses (BIANCHETTI, 2001). A solução seria promover uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos como bem-estar e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, criação de uma massa de desempregados para quebrar os sindicatos. As reformas fiscais incentivariam os agentes econômicos. Defendiam reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Uma nova e saudável desigualdade voltaria a dinamizar as economias avançadas.

Pode-se sintetizar o receituário neoliberal em: contração da emissão monetária; redução de impostos sobre rendimentos elevados e abolição de controles sobre os fluxos financeiros.

O Papel do Estado na visão de Milton Friedman

Os deveres do Estado

No pensamento de Friedman o Estado é visto como uma forma voluntária de cooperação, um meio pelo qual as pessoas de uma sociedade escolhem para atingir seus objetivos, porque acreditam na eficácia das suas instituições.

Friedman (1979), seguindo os

princípios de Smith, admite que os três principais deveres do Estado são: 1) proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes; 2) proteger todos os membros da sociedade da injustiça ou opressão de cada um dos outros membros através do estabelecimento de regras e leis; 3) edificar e manter determinadas obras públicas, cujo retorno não seja atrativo à iniciativa privada.

Segundo Friedman (1979) o terceiro dever do Estado é o que gera mais polêmica e tem sido utilizado para justificar uma gama muito ampla de atividades. Na sua visão refere-se a um dever válido para um Estado voltado à preservação de uma sociedade livre, porém pode ser interpretado para justificar suas ilimitadas dimensões.

O quarto dever do Estado, acrescentado por Friedman aos três princípios de Smith, seria proteger os membros da comunidade considerados incapazes, como crianças e os doentes mentais. A responsabilidade sobre as crianças, a não ser nesses casos excepcionais, é das famílias. A família deve ser o sustentáculo da sociedade, mas, segundo Friedman (1979), seu papel tem sido enfraquecido pelo crescente papel paternalista do Estado.

Como exemplo de Estado liberal bem sucedido, Friedman, escrevendo em 1979, cita Hong Kong, antes de sua incorporação à China. Descreve essa cidade-estado como uma pequena extensão territorial de apenas 400 milhas quadradas, com uma população de 4,5 milhões de habitantes, com uma elevadíssima densidade demográfica. Não existiam tarifas ou quaisquer barreiras de comércio, a não ser alguns acordos de restrição voluntária, impostos pelos Estados Unidos. O Estado não tinha uma política econômica ou industrial definida. Não havia leis que regulassem o salário mínimo. Os residentes podiam investir onde quisessem, contratar quem quisessem, trabalhar para quem quisessem.

“ Seus Estados autoritários e paternalistas, se por um lado não garantiam direitos trabalhistas, investiram pesadamente em educação básica, pesquisa e desenvolvimento. ”

O Estado se limitava aos quatro deveres mencionados por Friedman. Deveria reforçar as leis e a ordem, fornecer os meios para se formularem regras de conduta, julgar disputas, facilitar o transporte e comunicação, e supervisionar a emissão de moeda. Embora o governo de Hong Kong houvesse fornecido habitação gratuita aos recém chegados refugiados da China comunista, seus gastos representavam uma fração ínfima da renda da população.

Obviamente Hong Kong tinha, e tem, suas peculiaridades como centro financeiro da Ásia, como porta de entrada para a China, e seu modelo não pode ser generalizado. Serve apenas para ilustrar qual deve ser o papel do Estado na visão de Friedman. Vale lembrar que a prosperidade econômica dos outros Tigres Asiáticos de primeira geração, como Taiwan, Coréia do Sul, Cingapura não foi atingida com políticas liberais. Nesses países, havia elevadas barreiras comerciais à importação e os fluxos financeiros eram rigidamente regulamentados. Seus Estados autoritários e paternalistas, se por um lado não garantiam direitos trabalhistas, investiram pesadamente em educação básica, pesquisa e desenvolvimento. Não se pode afir-

mar que suas políticas públicas tenham seguido o receituário liberal.

A (im)possibilidade do Estado em corrigir as falhas de mercado

Segundo Friedman (1979) o argumento chave contido na obra de Smith, a Riqueza da Nações, é extremamente simples: a troca voluntária entre duas partes só ocorrerá se ambas acreditarem que serão mutuamente beneficiadas. Na sua visão, a maioria das falácias econômicas decorre do fato de se acreditar que, na troca, uma parte só pode ganhar às custas da outra.

Entende-se mercado como um local abstrato onde se realizam trocas. Os preços formados nas transações voluntárias entre compradores e vendedores num livre mercado podem coordenar as atividades de milhões de pessoas, cada qual buscando seus próprios interesses, segundo Friedman (1979). Os preços desempenham três funções na organização da atividade econômica: transmitem informação; fornecem um incentivo para se adotarem métodos de produção que otimizem a alocação dos recursos disponíveis; e se constituem num mecanismo de distribuição de renda, determinando, numa cadeia produtiva, quanto deve ser apropriado para cada agente.

Para que os preços se configurassem num mecanismo perfeito de difusão de informações, de coordenação de trocas, de equalização de custos dos fatores, capital e trabalho, bem como de distribuição de riqueza, seria preciso que toda a cadeia de fornecedores tivesse informação perfeita sobre o mercado de fatores e de bens.

As imperfeições de mercado na transmissão de informações são chamadas falhas de mercado ou assimetrias. Estas podem ser definidas como qualquer situação que desvie o mercado do equilíbrio. Embora Friedman (1994) considere o mercado como um mecanismo democrático por excelência, reconhece a exis-

tência de falhas, porém não acredita na capacidade do governo em compensar as falhas de mercado, como na abordagem keynesiana, sem piorar as coisas ainda mais. As políticas distributivas direcionadas pelo Estado desvirtuariam o funcionamento dos mecanismos de distribuição natural.

A (im)possibilidade do Estado em intervir no nível de emprego

Friedman (1994) acredita que a taxa de desemprego cresceu a partir dos anos 70 nos EUA devido a intervenções governamentais no mercado de trabalho, sobretudo através das chamadas ações afirmativas. Segundo ele, com a revolução keynesiana o tema emprego/desemprego se tornou uma grande questão política.

Uma das contribuições de Keynes à teoria econômica ao estudar o desemprego prolongado da crise de 29, foi mostrar a existência de desemprego involuntário. A teoria clássica admitia apenas dois tipos de desemprego, o voluntário e o friccional, que decorre da desinformação do trabalhador sobre a oferta de vagas em determinadas atividades. O desemprego friccional, ou natural, resulta da mobilidade da força de trabalho entre diferentes setores. Pela teoria clássica, um dos meios para aumentar o emprego é a melhoria da organização e maior eficiência dos canais de informação para diminuir o desemprego friccional. Este ocorre por desajuste ou falta de mobilidade entre a oferta e a procura, quando empregadores com vagas desconhecem a existência de mão-de-obra disponível, enquanto trabalhadores desempregados desconhecem a oferta real de postos de trabalho. Um outro meio seria uma redução dos salários reais para os quais ainda existe mão-de-obra disponível, de modo a diminuir o desemprego voluntário.

Segundo Keynes os meios clássicos pressupunham um acordo declarado ou tácito entre os operários

de não trabalhar por menos, e que, se todos admitissem uma redução dos salários nominais, maior seria o volume de emprego atendido. Para que a abordagem clássica fosse verdadeira seria necessário que a oferta de trabalho fosse apenas função inversa do nível de salário real. Com muita propriedade, Keynes relaciona os pressupostos clássicos com a realidade:

“Não se pode dizer que nos Estados Unidos, o desemprego de 1932 resultou de uma resistência do trabalhador em aceitar uma redução de salários nominais ou de uma insistência obstinada em conseguir um salário real superior ao que permitia a produtividade de sistema econômico...” (KEYNES, 1983)

Friedman (1994) declara que não considera útil a distinção entre desemprego voluntário e involuntário introduzida por Keynes. Isto significa ignorar uma das maiores contribuições da teoria keynesiana. Friedman, em 1993, insiste em abordar a questão do desemprego da mesma maneira que clássicos do final do século XVIII, quando o contexto histórico do final do século XX é completamente diferente. Parece teimosia de Friedman.

Para combater o desemprego este autor defende a liberalização do mercado de trabalho; a eliminação das ações afirmativas, com as quotas de emprego; a não fixação de salário mínimo para que o próprio mercado estabeleça as taxas de salários.

Políticas Sociais e o papel do Estado na Educação

No que se refere a políticas sociais, Bianchetti (2001) as considera como estratégias promovidas a partir do nível político com o objetivo de desenvolver um determinado modelo social. Constituem as políticas ligadas à saúde, educação, habitação e previdência social. Suas características dependem das características

do conflito social e da correlação de forças que nele intervêm. Em uma formação social concreta os setores dominantes promovem uma determinada política social em função de seus interesses estratégicos, utilizando, para isso, as estruturas políticas sobre as quais exercem hegemonia. Para Hayek, as políticas sociais distributivas tendem a enfraquecer as atitudes que promovem de fato a liberdade e a contrariar os efeitos benéficos da livre sociedade e da livre economia. Os neoliberais defendem a privatização da saúde, da previdência e da educação. Dentre as alternativas oferecidas pelo mercado, o indivíduo pode optar pelo plano de saúde ou de aposentadoria que lhe for conveniente, contribuindo financeiramente conforme suas possibilidades.

Segundo Friedman (1979) a educação sempre foi componente principal do chamado Sonho Americano. As escolas estabelecidas pelos primeiros imigrantes no continente americano, no século XVII, eram privadas e a frequência era estritamente voluntária. Pouco a pouco o governo começou a ter uma participação mais efetiva, primeiramente contribuindo com apoio financeiro e mais tarde administrando escolas públicas. A frequência à escola só passou a ser obrigatória a partir de 1918.

O vínculo entre o Estado e a escola ganhou força com as idéias de Horace Mann, secretário de educação do Estado de Massachusetts em 1837. Durante mais de uma década ele conduziu uma campanha pela escola custeada pelo governo e controlada por educadores profissionais. Considerava a educação tão importante que o governo tinha o dever de proporcioná-la a todos, que as escolas deveriam ser seculares e incluir crianças de todas as extratos sociais, religiosos e étnicos. A escola livre e universal possibilitaria a superação dos problemas de pobreza dos países. Ele proclamava que a educação era um bom investimento pú-

blico e que aumentaria a produção e a renda. Segundo Friedman (1979), a implantação do sistema de educação nos Estados Unidos como uma ilha de socialismo num sistema de livre mercado refletia a desconfiança dos intelectuais (provavelmente como Mann) no mercado e na eficácia das trocas voluntárias, um dos argumentos principais da corrente liberal.

Segundo Friedman (1979), a partir da grande depressão de 29, o público se junta aos intelectuais numa fé incondicional nas virtudes da intervenção do Estado, sobretudo do governo central, na educação. A escola vai se transformando num meio de promover a mobilidade social, a integração racial e outros objetivos apenas distantemente relacionados com sua função primordial. Segundo Bianchetti (2001) não é difícil entender que, para Friedman, o crescimento da educação desviou-se do caminho originário destinado a formar elites de poder ou a dar a cada um o que sua função social destinava. De fato Friedman (1979) declara que a tragédia, e ironia, é que um sistema dedicado a proporcionar às crianças uma linguagem comum e os valores da cidadania norte-americana, deveria na prática exacerbar a estratificação da sociedade e fornecer oportunidade educacional desigual.

As críticas de Friedman à escola pública no Estados Unidos demonstram claramente sua visão de que ao ser comum, a educação cria obstáculos à “seleção natural” da sociedade e limita as possibilidades de escolha individual. Seu argumento parece uma aplicação direta da teoria da evolução das espécies de Charles Darwin nas relações sociais.

A proposta de Friedman para financiar a educação primária e secundária é a dos “cupons”. Os fundos públicos estabelecidos para a educação deveriam ser divididos entre as pessoas que os solicitassem. Com esse instrumento, comprariam no mercado a oferta educacional que

mais se adaptasse às suas necessidades e expectativas. Para evitar que a proposta significasse um maior gasto na educação, seria necessário que o valor do cupom fosse suficiente menor do que o custo corrente pelo aluno da escola pública para manter as mesmas despesas públicas totais. A menor quantia gasta numa escola privada competitiva provavelmente proporcionaria educação de qualidade mais alta do que a quantia maior ora gasta com as escolas públicas. Esse montante básico encontraria, naturalmente, dentro das leis do mercado, as instituições privadas ou públicas com disposição para aceitar os cupons, e, no caso de o preço da oferta ser maior, os pais arcariam com a diferença.

O papel subsidiário assumido pelo Estado em relação à educação significa também o apoio à iniciativa privada, pois esse investimento sempre é menor que o requerido para sustentação de uma estrutura maior.

O Estado não deve assumir o compromisso de financiar a educação superior, sendo este resultado das possibilidades familiares ou do compromisso realizado com instituições de financiamento para devolver o recebido, uma vez que o aluno tenha terminado seus estudos e se inserido no mercado de trabalho. Friedman propõe que haja uma espécie de “bolsa de valores de cérebros”, onde os empresários investiriam naqueles estudantes que, pelo desempenho escolar, demonstrassem ser um investimento lucrativo.

Como quase tudo na lógica liberal, a educação é uma mercadoria de troca, da qual os indivíduos podem apropriar-se de acordo com suas possibilidades e estão livres para fazer suas próprias escolhas e trocas, contanto que sejam voluntárias (*Free to Choose...*)

O Monetarismo

Uma das funções do Estado é monitorar a emissão da moeda e, na abordagem neoliberal, a estabilidade

de monetária é o maior objetivo econômico que se deve perseguir e controlar. Política monetária consiste num conjunto de medidas adotadas pelo governo visando adequar os meios de pagamento disponíveis às necessidades da economia do país. O Banco Central pode recorrer a diversas técnicas de intervenção controlando a taxa de juros pela fixação das taxas de redesconto cobradas dos títulos públicos, regulando as operações de open market, ou impondo aos bancos o sistema de reservas obrigatórias (depósitos compulsórios) para garantir a liquidez do sistema bancário.

Friedman é considerado o principal teórico da escola monetarista. De acordo com ele deve-se explicar as variações da atividade econômica pelas variações da oferta de dinheiro, e não pelas variações do investimento. Considera inútil e prejudicial a intervenção do Estado na expansão do desenvolvimento econômico, por meio de despesas de investimento. Deve-se dirigir cientificamente a evolução da massa de dinheiro em circulação para obter o desenvolvimento e a estabilidade econômica: a inflação e outros fenômenos teriam raízes puramente monetárias.

O estabelecimento de um total monetário, não necessariamente via taxa de juros, é, segundo Friedman, o melhor guia de política econômica. Deve-se evitar oscilações bruscas na política monetária para que a população tenha confiança na estabilidade do sistema. Friedman desenvolve um modelo matemático fundamentado na clássica teoria quantitativa da moeda, cujas origens remontam ao século XVIII. A teoria quantitativa da moeda é representada pela identidade $MV=PY$, em que M é a quantidade de moeda em circulação; V , a velocidade de circulação da moeda; P , um índice representativo dos preços na economia; e Y , um índice do volume físico de transações. Considerando que no curto prazo V é constante, ou sofre

alterações imperceptíveis, existe uma relação direta entre a quantidade de moeda em circulação e o nível de preços e de produção.

A partir dessa identidade básica, Friedman, elabora um modelo matemático com a introdução de novas variáveis, como a taxa de juros (r) e a taxa de inflação esperada (pe), representado sinteticamente por $M_d = f(r, pe)PY$, em que M_d é a demanda por moeda. Segundo Simonsen (1995) a equação de Friedman é muito mais sofisticada do que a teoria quantitativa da moeda que não considerava a taxa de juros como variável, além de restabelecer a primazia da política monetária como instrumento de combate à inflação e de ação anticíclica. A política de metas de inflação adotada no Brasil com maior precisão a partir de 1999, quando a taxa de câmbio deixa de ser fixada pelo Banco Central para se formar no mercado de acordo com as flutuações de oferta e demanda de divisas, no nosso entendimento, deve ter sido fortemente influenciada pela abordagem monetarista. Filgueiras (2003) chama atenção que a partir de 1999 a âncora cambial é substituída pelo regime de metas de inflação.

Segundo Filgueiras (2003) o objetivo da política de “metas inflacionárias” é o de controlar a inflação com menor volatilidade na taxa de crescimento do PIB e, por consequência, com menor instabilidade e flutuação do emprego – quando comparada com a utilização de “metas monetárias” que, adicionalmente, também são difíceis de se atingir, uma vez que a fluidez do sistema financeiro inviabilizou, de vez, o controle dos agregados monetários.

O Neoliberalismo em Prática

Ronald Reagan: neoliberal militarista

Ronald Reagan foi o segundo líder do mundo industrializado, depois de Margaret Thatcher a romper com os princípios do estado do

“ Nos
primeiros anos da
década de 80 o
desemprego atingiu
10,8% nos EUA,
o mais elevado
desde a Grande
Depressão... ”

Bem-Estar. Segundo Simonsen (1995), Ronald Reagan a partir de 1981 encampou uma das mais exóticas experiências de política econômica. Partiu dos princípios formulados pelo economista Robert Mundell (1971) no início da década de 50. O aumento do déficit público com os gastos militares provocaria um aumento da taxa de juros, redução da demanda e consequentemente queda da inflação.

A inflação havia atingido 13,5% nos Estados Unidos no último ano do governo Carter, mas a economia permanecia estagnada. Reagan resolve adotar a tese do economista Arthur Laffer, segunda a qual a arrecadação fiscal dos Estados Unidos aumentaria ao se reduzirem as alíquotas do imposto de renda: indivíduos e empresas trabalhariam e poupariam mais, e o Tesouro arrecadaria mais dólares, ainda que cobrando menos por unidade de renda do setor privado (SIMONSEN, 1995). Posto isto em prática, a reforma fiscal de 1981 reduziu a incidência do imposto de renda, provocando substancial queda na arrecadação do Tesouro norte-americano. Ao mesmo tempo, o Presidente Reagan resolveu aumentar os gastos militares, esperando compensá-los com um corte nos gastos da Previdência Social. O Congresso vetou estes últimos cortes e, como consequência, com o aumento de despesas e a queda de receitas, o déficit fiscal ameri-

cano explodiu (Ibidem, 1995).

O Tesouro, seguindo a linha monetarista segundo a qual o melhor guia de política econômica é estabelecer um total monetário, havia decidido suprimir o controle dos juros e implantar o controle dos agregados monetários. O primeiro resultado foi a explosão dos juros em dólares em 1980 e 1981, pois o déficit fiscal aumenta a demanda por dinheiro e consequentemente o preço do capital representado pela taxa de juros. Esta política teve forte impacto no agravamento das dívidas externas dos países da América Latina. Houve uma corrida de capitais internacionais para os Estados Unidos. A essa altura o dólar começou a se valorizar, num processo cumulativo e que só acaba em setembro de 1985.

Nos primeiros anos da década de 80 o desemprego atingiu 10,8% nos EUA, o mais elevado desde a Grande Depressão, segundo Gibbs (2004). A taxa de pobreza cresceu aceleradamente. Em 1983 o déficit fiscal atingiu o marco dos US\$ 200 bilhões. Mas a inflação havia baixado para 3,7% em 1982. Em compensação a economia recuperou-se rapidamente em 1983 e 1984.

Nesse meio tempo, com o dólar valorizado, a balança comercial dos Estados Unidos atingiu enormes déficits comerciais. Simonsen (1995) comenta que essa era a contrapartida da mistura “aperto monetário – expansão fiscal – taxas flutuantes de câmbio”. A maior parte do déficit público norte americano foi financiada pelo ingresso de capitais estrangeiros, sobretudo japoneses e alemães. O secretário do Tesouro entra em acordo com os ministros das finanças do Grupo dos Cinco (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França) para promover uma queda gradual do dólar mediante uma cooperação entre os Bancos Centrais. Com isso a valorização do dólar de 1981 a 1985 desfez-se nos cinco anos seguintes. A inflação não se acelerou graças aos fatores destacados por Simonsen (1995):

1) política monetária bem controlada; 2) queda dos preços internacionais do petróleo e de outros produtos primários; 3) dado o tamanho do mercado norte-americano, muitos preços são fixados em dólar, independente das oscilações da moeda norte americana em relação a outras moedas.

Em 1984, período da campanha de reeleição de Reagan, o PNB crescia a 6,8% ao ano, e a inflação havia caído para 4,3%. Apesar do *crash* da bolsa em 1987 o boom continuava (GIBBS, 2004). Segundo Simonsen (1995) o trunfo do governo Reagan foi ter conseguido aumentar substancialmente o prestígio dos Estados Unidos como porto seguro do capitalismo, apesar de ter se transformado, em uma década, de maior credor em maior devedor internacional, perdendo ativos e acumulando passivos de trilhões de dólares.

A supremacia político-militar, conseguida com a queda do muro de Berlim em 1989 e a subsequente implosão da União Soviética, reforçou ainda mais o prestígio internacional do dólar. O historiador inglês Perry Anderson chama esta experiência de keynesianismo militar. No entanto, esta expressão parece reducionista e até pejorativa em relação à contribuição de Keynes à ciência econômica.

Segundo Gibbs (2004) os ganhos proporcionados pela política econômica do governo Reagan não foram distribuídos equitativamente. Pela primeira vez, desde a Grande Depressão, aparecem nos Estados Unidos, os chamados *homeless* (sem teto). A reestruturação das empresas pressionadas pela concorrência resultou numa febre de fusões e reengenharias. Segundo Gibbs (2004) foi caótico para as empresas e doloroso para trabalhadores de todos os níveis, mas no fim a economia norte americana ficou mais competitiva, com empresas mais inovadoras e ágeis para responder os impulsos do mercado, ainda que seus trabalhadores se sentissem menos seguros ou fos-

sem menos fiéis. As turbulências dos anos 80 contribuíram para o salto da economia norte-americana em direção à alta produtividade e ao avanço tecnológico, da década seguinte, (Ibid, 2004).

O Consenso de Washington

O “Consenso de Washington” é a expressão cunhada para resumir um decálogo de medidas de política econômica consensuais entre as agências norte-americanas e agências internacionais na capital norte-americana. Seus dez pontos principais podem ser considerados como uma síntese das políticas defendidas pelo neoliberalismo, que se configuraram como solução para a inflação crônica por que passavam os países latino americanos na década de 80, a exemplo do México, Peru, Bolívia, Argentina, Venezuela e Brasil. Este foi o último a aderir às políticas liberais, na década de 90, coroadas pelo Plano Real em 1994.

O decálogo do Consenso de Washington foi sintetizado por Ferraz *et al* (2002) em:

1. Disciplina Fiscal – caracterizada por um significativo superávit primário e por déficits operacionais de não mais de 2% do PIB.
2. Priorização dos gastos públicos, através de seu redirecionamento de áreas politicamente sensíveis, que recebem mais recursos do que seria economicamente justificável – como a manutenção da máquina administrativa, a defesa ou os gastos como subsídios indiscriminados -, para setores com maior retorno econômico e/ou com potencial para melhorar a distribuição de renda, tais como saúde, educação e infra-estrutura.
3. Reforma fiscal, baseada na ampliação da base tributária e na redução de alíquotas marginais consideradas excessivamente elevadas.
4. Liberalização do financiamento, com vistas à formação de taxas de juros pelo mercado, ou como objetivo intermediário mais realista e

até mesmo mais conveniente no curto e médio prazos - para evitar taxas muito elevadas -, procurando o fim de juros privilegiados e visando a obtenção de uma taxa de juros real positiva e moderada.

5. Unificação da taxa de câmbio em níveis competitivos, como o fim de eliminar sistemas de taxa de câmbio múltiplos e assegurar o rápido crescimento das exportações.
6. Liberalização comercial, através da substituição de restrições quantitativas por tarifas de importação, que, por sua vez, deveriam ser reduzidas para um nível baixo “...de 10% ou, no máximo, perto de 20%.”
7. Abolição das barreiras ao investimento externo direto.
8. Privatização.
9. Desregulamentação.
10. Garantia do direito de propriedade, através da melhoria do sistema judiciário.

O título de livro de Friedman amplamente utilizado no corrente trabalho é *Free to Choose* no qual o autor discorre sobre as condições necessárias para se construir uma sociedade em que o indivíduo tenha liberdade de escolher. O título do capítulo 3 do livro de Stiglitz (2002) *Globalization and its discontents* é uma pergunta: *Freedom to Choose?* Será que os países latino-americanos escolheram o neoliberalismo por livre e espontânea vontade? A pergunta é ambígua. Será que haveria outra alternativa?

Não cabe no corrente trabalho se fazer uma análise do impacto do neoliberalismo nas diversas economias do mundo em suas diferentes dimensões, pois seria muito extenso. As conseqüências da ideologia liberal para a economia latino-americana são inúmeras. O tema tem sido amplamente estudado por seguidores e opositores desta corrente. O Chile, país que primeiro aderiu ao modelo liberal, é considerado um paradigma pelos monetaristas e um falso paradigma para Cano (2000), da corrente cepalina, que chama o modelo chileno de neo-primário-ex-

“ O sistema de mercado requer que os direitos de propriedade sejam claramente definidos e que o sistema jurídico seja eficiente... ”

portador, muito vulnerável às oscilações do mercado de *commodities*, ou seja, à demanda e oferta de matérias primas do mercado mundial.

Segundo Filgueiras (2003) a crise da Argentina se constitui num caso paradigmático do profundo fracasso do modelo liberal, no país que mais o implementou e mais se subordinou à sua lógica. A manutenção da Lei da Conversibilidade do peso em dólar por mais de dez anos e os sucessivos ajustes fiscais - com a privatização de todo o patrimônio público, redução do valor dos salários e aposentadorias e demissão de um grande contingente de servidores públicos - “só aprofundaram as dificuldades e jogaram a crise para adiante” (FILGUEIRAS, 2003).

De acordo com Stiglitz (2002) as políticas do Consenso de Washington estavam baseadas num modelo simplista de economia de mercado, o modelo de equilíbrio competitivo, no qual a mão invisível de Adam Smith funciona. Segundo esse autor, embora a teoria da mão invisível de Smith tenha sido relevante para os países industrializados avançados, no contexto histórico do final do século XVIII, as condições necessárias ao seu funcionamento não eram plenamente satisfeitas nos países em desenvolvimento. O sistema de mercado requer que os direitos de propriedade sejam claramente definidos e que o sistema jurídico seja eficiente. Em outras palavras, a condi-

ção 10 (Garantia do direito de propriedade, através da melhoria do sistema judiciário), enumerada no decálogo do Consenso de Washington, dificilmente é plenamente atendida nos países periféricos. O sistema de mercado requer competição e informação perfeitas. Porém, a competição é limitada e a informação está muito longe de ser perfeita, apesar do desenvolvimento dos meios de comunicação. Este equilíbrio automático de mercado provavelmente nunca existiu, nem nos países desenvolvidos no século XVIII.

Parece que nas sociedades subdesenvolvidas, a sociedade civil não é suficientemente amadurecida e muito menos suas instituições, representadas pelas regras tácitas incutidas nos costumes e pelo sistema judiciário. Segundo Stiglitz (2002) basta que uma das condições não seja encontrada numa sociedade para as políticas do Consenso de Washington não atingirem seus objetivos no longo prazo.

Considerações Finais

A vitória da ideologia neoliberal contribuiu para consolidar o poder dos Estados Unidos como nação hegemônica no final do século XX e início do século XXI. Suas políticas econômicas levam inevitavelmente à intensificação do processo de concentração do capital. Nota-se que fortes economias como Japão e Europa vêm ocupando cada vez mais a posição de satélites dos Estados Unidos. O militarismo de Ronald Reagan, por mais exótico que pareça, acaba dando certo naquele contexto, provavelmente por ter sido aplicado na maior economia do mundo, que possui um gigantesco mercado consumidor e uma moeda conversível, utilizada como meio de troca por todas as outras economias do mundo. Algumas experiências militaristas foram desastrosas quando seguidas por outros países, a exemplo da invasão das ilhas Malvinas pela Argentina nos anos 80. De-

pois do prolongado ciclo de crescimento ao longo de toda a década de 1990, a economia norte-americana começou a dar sinais de desaceleração. Provavelmente os gastos com defesa não vão, por si só, levar a economia norte-americana a uma nova fase de expansão.

Existem paradoxos no modelo econômico liberal no que se refere à sua política monetária. O estabelecimento de um agregado monetário, não necessariamente via taxa de juros, é, segundo Friedman, o melhor guia de política econômica. Deve-se evitar oscilações bruscas na política monetária para que a população tenha confiança na estabilidade do sistema. Será que o mercado pode dirigir eficientemente a evolução da massa de dinheiro num sistema que ao mesmo tempo promove a desregulamentação dos fluxos financeiros, um dos pilares do seu modelo econômico? A livre mobilidade do capital, sobretudo do capital especulativo, de curto prazo, tem provocado grandes oscilações desta massa de dinheiro. As crises cambiais ocorridas em países emergentes, a partir da crise mexicana de 1994 (efeito *tequila*), se sucederam com muita frequência, a exemplo da Ásia, Turquia, Rússia, Brasil, Argentina. O equilíbrio do Balanço de Pagamentos dos países latino-americanos tem sido atingido às custas de recessão interna. Os indicadores da economia brasileira em 2003, com superávit primário de 4,25% do PIB, superávit na conta de transações correntes de US\$ 4,5 bilhões, em contrapartida à retração de 0,22% do PIB e queda na absorção interna (PIB + exportações – importações) de 3,0% em relação a 2002, podem ilustrar o *trade-off* macroeconômico das políticas liberais nos países da América Latina: estabilidade monetária e equilíbrio nas contas externas *versus* recessão, desemprego e contração da demanda interna.

Friedman parece ignorar que sua propalada liberdade de escolher só é válida para aqueles que já possuem capital e qualificação antes de

entrar na luta, pertencentes às classes sociais mais elevadas, sobretudo da sociedade americana, seu foco principal. O aumento da concentração de capital, inerente à aplicação das políticas liberais se dá tanto geográfica como setorialmente. Vale lembrar, a título de ilustração, que se não fossem os incentivos fiscais, considerados uma distorção pelos liberais, provavelmente a indústria de transformação não estaria presente na região nordeste do Brasil, e muito menos na região sul dos Estados Unidos.

Sua análise não considera a história. Friedman quer aplicar indiscriminadamente os mesmos princípios clássicos válidos numa época 200 anos atrás. Ressalta-se que as políticas públicas sociais voltadas à melhoria da educação e saúde, e até as ações afirmativas, se fazem necessárias para combater as desigualdades atávicas, e amenizar a tendência da concentração de capital, resultante do ajuste assimétrico do mercado.

O ensino superior, na visão liberal, deve ser privatizado. Sabe-se que o retorno do investimento em pesquisa básica é muitas vezes incerto e de longo prazo, por isso dificilmente é atraente à iniciativa privada. Aparentemente, a maior parte da produção científica ocorre na universidade pública. Que seria da pesquisa sem esta? A plena privatização do ensino superior poderia ser catastrófica num país com tantas desigualdades, a exemplo do Brasil.

Fazendo uso de sofisticados instrumentos matemáticos e do arcabouço teórico do liberalismo clássico, os neoliberais encontram justificativas para ignorar o crescimento da massa de excluídos, decorrente da aplicação de seus princípios. Aliás, para estes autores, os desempregados têm a vantagem de contribuir para manter os salários reais baixos, já que consideram salários reais elevados fatores determinantes para o aumento do desemprego. Não se preocupam em combater as causas da

violência, mas em aumentar os gastos com defesa. Neste contexto parece mais importante construir prisões e que escolas.

Outra contradição do modelo liberal é que, em princípio, as pessoas, como os capitais, estão livres para se movimentar, para se estabelecerem onde lhes for mais conveniente. No entanto, atualmente a migração internacional é severamente limitada por leis draconianas (BATISTA JR, 1996). A mobilidade do fator trabalho fica muito aquém da mobilidade do fator capital.

Numa abordagem gramsciana (BECKER, 2002), o intelectual em ação é um criador e suscitador de novas ideologias, sendo a inovação ideológica uma estratégia na luta política. São as necessidades sociais e econômicas transformadas em pressões políticas que impulsionam e dinamizam o desenvolvimento local. Comunidades periféricas e pouco organizadas, com elevados índices de desigualdade, geralmente são incapazes de construir um projeto próprio e acabam sucumbindo passivamente, e até inconscientemente, a um movimento ideológico como o neoliberalismo, orientado pelos interesses econômico-corporativos globais. A dinâmica de desenvolvimento destas comunidades fica sendo determinada pelo mercado, pela economia globalizada.

O esgotamento das políticas liberais coloca um desafio aos intelectuais. Encontrar alternativas para

promover o desenvolvimento local, não só com foco na inovação e no aprendizado, como também na renovação ideológica. Os opositores do neoliberalismo têm a tarefa de oferecer outra ideologia, provavelmente tentando resgatar valores como solidariedade e respeito ao próximo e trabalhar diligentemente, como fez o grupo de *Mont Pélerin*.

Referências

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático*. Emir Sader & Pablo Gentili (org.). Rio de Janeiro. Paz e Terra 1995

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **O Círculo de Giz da "Globalização"**. Novos Estudos. CEBRAP. N° 49. Março 1996.

BECKER, Dinizar Fermiano. In *Redes* (Santa Cruz do Sul), vol7, n.3, pp. 35-59, set/dez 2002.

BIANCHETTI, Roberto Geraldo. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. Cortez Editora. São Paulo, 2001.

CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FERRAZ, João Carlos *et al.* **Política Industrial**. In *Economia Industrial*. Capítulo 23. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

FILGUEIRAS, Luís. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2ª edição, 2003

FIORI, José Luís. **Os Moedeiros Falsos**. Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 1997

FRIEDMAN, M. **Free to Choose**. Harcourt Brace Jovanovich, Inc. New York, NY, 1979.

FRIEDMAN, M. **Interview**. Em *A Modern Guide to Macroeconomics*. University Press. Cambridge, 1994, p.172-177

GIBBS, Nancy. **The All-American President**. Em *Time* magazine. June 14, Vol. 163, No. 24, 2004.

GONÇALVES, R. et al. **A Nova Economia Internacional**. Editora Campus. Rio de Janeiro, RJ, 1998.

HAYEK, F. **The Road to Serfdom**. The University of Chicago Press. Fiftieth Anniversary Edition, 1994.

HOBSBAWM, Eric. **The Age of Extremes**. Vintage Books. New York, 1995.

KEYNES, John Maynard. **Teria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Coleção *Os Economistas*. Editora Abril Cultural. São Paulo, 1983.

MOURA DA SILVA, Adroaldo. **Apresentação**. Em *A Teria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. John Maynard Keynes (autor). Coleção *Os Economistas*. Editora Abril Cultural. São Paulo, 1983.

MUNDELL, Robert. **Monetary Theory: Interest, Inflation and Growth in the World Economy**. 1971 www.robertmundell.net/books

SIMONSEN, M. H. e CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. Editora Atlas. São Paulo, 1995

SNOWDON, Brian et al. **A Modern Guide to Macroeconomics**. University Press. Cambridge: 1994

SPÍNOLA, Vera. **Let's Trade in English**. Chapter 1. Editora Aduaneiras. São Paulo, SP, 2001.

STIGLITZ, Joseph. **Globalization and its discontents**. London: Penguin Books, 2002.

TROSTER, R. L. e MORCILLO, F. M. **Introdução à Economia**. MAKRON Books, 1999.

REVISTA DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

RDE revista
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Números anteriores:

Secretaria da Revista: Nara Polino Valverde – Tel.: (71) 273-8557 e-mail: rde@unifacs.br